

## MEDIAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO NO CURSO DE PEDAGOGIA EAD

**Márcia Guimarães Oliveira de SOUZA<sup>1</sup>**

Universidade de Uberaba – UNIUBE

**Marilene Ribeiro RESENDE<sup>2</sup>**

Universidade de Uberaba – UNIUBE

Agência Financiadora: FAPEMIG

### RESUMO

O presente artigo situado dentro da problemática da educação a distância e da mediação didático-pedagógica, na perspectiva histórico-cultural, traz os resultados da pesquisa documental realizada nos cursos de Pedagogia–EaD, em duas Instituições de Ensino Superior da região do Triângulo Mineiro. O estudo incluiu a análise de documentos, tais como: Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia, o Projeto Pedagógico dos cursos. O objetivo desse estudo foi analisar como a mediação e a organização das atividades está pensada nestes documentos, uma vez que temos a mediação didático-pedagógica como objeto deste estudo. Foram constatadas incongruências entre o proposto e o realizado. A abordagem sócio-histórica, assim como a interdisciplinar anunciadas nos documentos, especialmente nos Projetos Pedagógicos dos cursos, não se sustentam em práticas em que a interação, a colaboração, o diálogo estão pouco presentes. O desenho didático dos cursos não prioriza a relação com o outro nas interfaces do processo educativo. Necessário se faz ampliar o estudo, o debate, as discussões acerca dessa modalidade e das possibilidades de melhoria da qualidade educacional, no âmbito das instituições que oferecem cursos EaD.

**Palavras-chave:** Formação de pedagogos. Pesquisa documental. Mediação didático-pedagógica. Interação.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação: Desenvolvimento profissional e trabalho docente pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Estado de Minas Gerais. Especialista em Docência no Ensino Superior (UNIUBE), Especialista em Psicopedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Uberaba (CESUBE), graduada em Pedagogia pelo CESUBE, Professora da UNIUBE nos cursos de licenciatura EaD; atua também, no setor de Produção de Materiais Didáticos da UNIUBE. E-mail: [marcia.guimaraes@uniube.br](mailto:marcia.guimaraes@uniube.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Mestre em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, graduada em Licenciatura em Matemática – Faculdades Integradas Santo Tomaz de Aquino. Professora titular da Universidade de Uberaba (UNIUBE), na graduação e na pós-graduação (Mestrado em Educação), vice-coordenadora do programa de Mestrado em Educação (UNIUBE); coordenadora da Comissão Permanente de Processos Seletivos da mesma universidade. E-mail: [marilene.resende@uniube.br](mailto:marilene.resende@uniube.br)

## Introdução

O presente artigo traz os resultados da pesquisa documental, realizada no ano de 2012 no curso de Pedagogia-EaD de duas Instituições de Ensino Superior - IES, na Região do Triângulo Mineiro. Esse estudo se fez necessário para compor os dados de uma investigação mais abrangente, que deu origem a nossa dissertação de mestrado intitulada *A mediação no curso de pedagogia-EaD: um estudo na perspectiva histórico-cultural*, que está situada dentro da problemática da educação a distância e da mediação didático-pedagógica, na perspectiva histórico-cultural, tendo como locus o curso de licenciatura em pedagogia. O objetivo da dissertação foi analisar como o professor organiza o ensino na modalidade EaD com vistas à mediação didático-pedagógica. Para chegarmos aos resultados finais da dissertação, utilizamos três procedimentos metodológicos e a técnica de triangulação de dados que, segundo Triviños (2008, p. 138) auxilia os pesquisadores a “[...] abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo.” Sendo assim, realizamos um estudo bibliográfico sobre os aspectos fundamentais da teoria histórico-cultural e sobre os aspectos históricos da EaD no Brasil; realizamos entrevistas com os professores das IES as quais compõem nosso estudo empírico e analisamos documentos dos cursos de Pedagogia de duas IES. Esses três procedimentos foram essenciais para a investigação e os resultados finais da dissertação. Sendo assim, o presente artigo se constitui em um recorte dessa pesquisa de mestrado em educação no qual vamos nos ater nas análises realizadas nos documentos das IES pesquisadas.

Decidimos investigar a formação de pedagogos por vários motivos. Entre eles, podemos dizer que ele é o profissional responsável pelo entendimento global dos problemas educativos e por organizar ações para a inserção dos sujeitos na sociedade culturalmente organizada. Formar esse profissional não é uma tarefa fácil, principalmente quando se analisam as suas atribuições, que incluem a docência na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso Normal; a gestão educacional em espaços escolares e não escolares e a produção e difusão de conhecimento na área da educação.

A formação de pedagogos na modalidade a distância merece nossa atenção, uma vez que, nos últimos anos, vem ocorrendo um gradativo aumento na oferta de cursos nessa modalidade por universidades particulares e federais do nosso país. Segundo dados do INEP (2010), a matrícula em cursos na modalidade de Ensino a Distância - EaD representa 14,6% do total de matrículas em cursos superiores. Entre esses cursos, há uma parcela grande voltada

para a formação de professores para atuarem, principalmente, no Ensino Básico, sendo que 45,8% dos matriculados na EaD estão em cursos de licenciatura.

Para esse estudo, escolhemos como campo de pesquisa duas Instituições de Ensino Superior - IES, que, por questões éticas, permanecerão em sigilo, sendo identificadas por instituições “A” e “B”. A IES “A” foi selecionada porque é pioneira na oferta de EaD na região do Triângulo Mineiro e tem experiência consolidada nessa modalidade de curso, estando presente nas cinco regiões do país. A IES “B”, porque oferta o curso de Pedagogia pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), estando situada na Região do Triângulo Mineiro. Ela foi escolhida, primeiramente, devido ao seu convênio com a UAB. Todas as IES federais dependem desse sistema integrado por universidades públicas órgão para ofertar cursos na modalidade a distância. Para o estudo documental, importante se faz definir o que consideramos como documento. Buscamos primeiramente em Gil (1995) a definição para documentos, e segundo o autor, podemos considerá-los como dados que provém de fonte de “papel”. Apesar de o autor ampliar muito as fontes consideradas para ele como documentos, tais como: “arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas, etc.” (p.158), com o avanço das tecnologias, na atualidade, surgem outros tipos de documentos que não se originam dessas fontes. Para Flick (2009, p. 231) “os documentos estão normalmente disponíveis, como textos (de forma impressa), podendo estar na forma de um arquivo eletrônico (por exemplo, um banco de dados).” Filmes, internet, fotos, etc., também podem ser considerados como documentos. O autor também comenta que o uso de documentos como fonte de dados em uma pesquisa não pode ser utilizado apenas para representar ou comunicar fatos, como algo figurativo, apenas para constar, pois, para ele, todo o documento foi produzido por algum motivo, com vistas a um objetivo prático e é por esse motivo que eles devem ser encarados pelo pesquisador como meios de comunicação. “O pesquisador deverá também perguntar-se acerca de: quem produziu esse documento, com que objetivo e para quem? Quais eram as intenções pessoais ou institucionais com a produção e o provimento desse documento?” (p. 232).

O estudo documental incluiu a análise de documentos, tais como: Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia, o Projeto Pedagógico dos cursos. Para delimitar a pesquisa em relação aos documentos específicos de organização do curso, tais com plano da disciplina, avaliação, entre outros, escolhemos uma disciplina de cada curso de Pedagogia de cada IES. Este estudo visou explicitar dados importantes, tais como: as características desses documentos, a intencionalidade dos mesmos, se interferem ou não na

organização da atuação docente, como também, verificar se há coerência ou conexão entre eles e o trabalho realizado pelo professor. Assim, o objetivo desse estudo foi analisar como a mediação e a organização das atividades está pensada nestes documentos, considerando que para a teoria histórico-cultural, a mediação é fator essencial no processo ensino-aprendizagem.

## 1. Os documentos legais sobre a EaD e a formação do pedagogo

A EaD, ao longo de sua história, não tem recebido a credibilidade necessária da sociedade, especialmente, a acadêmica. Desde os tempos dos cursos por correspondência que emitiam certificados sem validade jurídica, como também, na atualidade, quando a oferta de cursos a distância começou a aumentar e as práticas inadequadas de certas instituições que ofertaram cursos indiscriminadamente, sem critérios adequados de acompanhamento e avaliação, deram margem a esse pensamento.

A partir dos anos de 1990, as leis que regulamentam o ensino a distância foram criadas ou se tornando mais rígidas, forçando as IES a se adequarem e a modificarem suas práticas e a estrutura dos seus cursos.

Observamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96, que propõe formalmente a EaD, não definiu em seu texto essa modalidade de ensino, como é possível observar no Art. 80, no entanto, deixa claro que incentivaria a abertura de cursos-EaD em todos os níveis de ensino:

O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela união.

§ 2º A união regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais.

O texto também não define o termo a ser utilizado para a modalidade, ora se referindo a “ensino a distância”, ora à “educação a distância”. No entanto, estabelece que as instituições que optarem por oferecer cursos nessa modalidade, deverão se credenciar junto à união. Traz

uma preocupação implícita com a mediação, quando faz referência a canais de transmissão, pois, naquela época, era uma forma utilizada para a comunicação e para projetos educacionais, ainda que onerosa.

O Decreto 5.622/05, que ainda se encontra vigente, regulamenta o Artigo 80 da LDBEN e estabelece a política de garantia de qualidade para a EaD. Entre os vários aspectos em relação a essa garantia que constam em seus artigos, esse decreto define, em seu Artigo 1º, a educação a distância como modalidade educacional, isto é, não restringe apenas a forma de ensino:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual **a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem** ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, grifo nosso)

Essa caracterização da educação a distância coloca as TIC no centro da mediação didático-pedagógica desses cursos. Em 2006, foi dado um passo importante na história da EaD no Brasil. Foi expedido o Decreto N° 5.800/06 da Presidência da República que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil- UAB.

Segundo informações obtidas no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2012)

[...] a Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para

[...] o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

O Decreto citado, dentre outros fatores relacionados ao momento histórico atual, a globalização, o desenvolvimento tecnológico, contribuíram para o aumento da oferta de cursos para a formação de professores na modalidade a distância.

Outro documento importante para a EaD é intitulado *Referenciais de Qualidade para*

*Educação Superior a Distância* - RQESD, cuja versão preliminar foi criada em 2007, pelo Ministério de Educação e pela Secretaria de Educação a Distância (essa secretaria foi extinta no início de 2011), não tem força de lei e visa nortear o trabalho nessa modalidade de ensino.

Nesses Referenciais de Qualidade, a EaD é considerada como uma modalidade educacional importante para o desenvolvimento do país. Eles encontram-se circunscritos à legislação vigente: a Lei 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; o Decreto N° 5.622 de 20 de dezembro de 2005 que legaliza o ensino a distância como modalidade educacional; o Decreto 5.773 de junho de 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES; as Portarias 1 e 2 de 2007 que estabelecem o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do SINAES - triênio 2007/2009 e dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância, respectivamente.

É possível verificar no trecho a seguir, a importância dos Referenciais de Qualidade para o processo de oficialização dos cursos na modalidade a distância, por parte do MEC:

Embora seja um documento que não tem força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada. Por outro lado, as orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EaD.[...] ele tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade. (BRASIL, 2007, p.2).

O MEC utiliza esses referenciais como critério de avaliação e autorização de funcionamento dos cursos. Esse documento destaca o uso das tecnologias, porém recomenda que ele esteja atrelado a uma concepção de aprendizagem, que valorize a interação entre os envolvidos no processo. Enfatiza que o “o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e devem ser garantidos no uso de qualquer meio tecnológico a ser disponibilizado”. (BRASIL, 2007, p.10).

Como estamos tratando da formação do pedagogo na modalidade EaD, outro documento consultado foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia – DCNCP. Elas tratam de matérias referentes à formação do pedagogo, considerando as áreas de atuação desse profissional, como podemos verificar no trecho a seguir:

[...] aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino



Médio na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas. (BRASIL, 2006, p.6).

Sendo assim, o pedagogo deve se formar com competências específicas para a atuação como docente, mas também, com conhecimentos pedagógicos necessários para uma atuação em ambientes educacionais, de maneira bem ampla, pois sua atuação não se restringe aos ambientes formais de educação. Ao pedagogo cabe, ainda, a gestão educacional em espaços escolares e não escolares, no planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos pedagógicos, bem como na formulação e implementação de políticas públicas. Ainda o egresso deve estar apto para a produção e difusão do conhecimento científico no campo educacional.

Para as Diretrizes Curriculares, o pedagogo tem atribuições de professor, de gestor e de pesquisador. Os currículos dos cursos de Pedagogia deverão contemplar a formação de um pedagogo de maneira a auxiliá-lo a construir competências para exercer essas funções junto à sociedade, portanto, fica implícito que a mediação didático-pedagógica dos professores desses cursos deverá contemplar esses objetivos nas atividades propostas aos seus alunos.

## **2. O Projeto Pedagógico – PP do curso de Pedagogia das IES pesquisadas**

Segundo Veiga (2004), o Projeto Pedagógico de uma instituição quando concebido como uma inovação emancipatória ou edificante deve ser um documento de cunho teórico-metodológico elaborado a partir de um planejamento participativo, democrático, que favorece o diálogo, a cooperação. Permite constantes aperfeiçoamentos e reestruturações. É um documento que reúne toda a organização e norteia as ações educativas de uma instituição.

Por se tratar de um projeto, contém as intenções de uma instituição educacional e sua eficácia está na transparência empregada por ela no seu processo de elaboração e constante reelaboração, pois não pode ser considerado como algo pronto e acabado. Precisa estar acessível à comunidade para que possa ser consultado por qualquer pessoa que desejar.

Existem aspectos importantes que destacamos na análise que realizamos nos PP do curso de Pedagogia das IES “A” e “B”, pois estão relacionados diretamente à mediação didática que o professor realiza. São eles: os sistemas de comunicação, o material didático e a avaliação.

Os sistemas de comunicação podem garantir ou não a interação<sup>3</sup> entre os participantes do processo ensino-aprendizagem, assim como, o material didático, que são instrumentos elaborados pelo professor para mediar o conhecimento científico, devem possibilitar que o aluno aprenda. A avaliação, se concebida como um processo formativo deverá fornecer subsídios para que o professor repense, e/ou redirecione as atividades já elaboradas, além de ser um retorno para o aluno a respeito dos conceitos já aprendidos por ele e os conteúdos que ainda requerem mais estudo.

A instituição, ao estabelecer a estrutura organizacional de um curso, define também o seu desenho didático. Para Santaella, *et al* (2012, p.217)

[...] os desenhos didáticos de cursos *online* erguem-se em meio a três dimensões: conteúdos de aprendizagem, propostas de atividades e atuação nas interfaces. Este entendimento invita a considerar que pensar nos desenhos didáticos de cursos *online* implica pensar na relação dialógica de três elementos: fundamentos, organização e docência.

As dimensões apontadas pelos autores – conteúdos de aprendizagem, propostas de atividades e atuação nas interfaces, na nossa concepção, são constituintes e definidores da mediação didática que se estabelece durante um curso. Portanto, se constituíram em elementos de análise nesta pesquisa.

### 2.1 O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA das IES “A” e “B”

Para a abordagem histórico-cultural, a interação social assume um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem e, considerando a modalidade de ensino em questão, segundo os Referenciais – RQESD:

[...] precisa estar, ancorado em um sistema de comunicação que permita ao aluno resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo, articulando o aluno com docentes, tutores, colegas, coordenadores de curso e disciplinas e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo. (BRASIL, 2007, p.11).

O sistema de comunicação principal utilizado pelas IES “A” e “B” é o AVA. É no ambiente virtual que se encontram as orientações de estudo, as atividades que o aluno deverá realizar e lá que se estabelece a comunicação entre o aluno e a instituição de ensino.

Segundo os RQESD o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC aplicado à educação nessa modalidade, entre outros aspectos a se considerar, deve

---

<sup>3</sup>Estamos considerando nesta pesquisa, o conceito de interação social como sendo a comunicação entre os sujeitos em duas vias: professor – aluno, aluno – professor, aluno – aluno. Essa interação pode se dar pessoalmente (pela presença física) ou por intermédio das TIC, seja por ferramentas síncronas ou assíncronas.



proporcionar aos alunos a interação e o desenvolvimento de projetos compartilhados, pois o conhecimento se constrói individualmente e em grupo. Não pode haver diferenciação dos processos educativos da EaD em relação ao presencial e os PP das IES devem apresentar as possibilidades de um trabalho interdisciplinar e contextualizado. A interação social entre os atores do processo deve ser privilegiada, ou seja, deve acontecer entre professor-aluno, tutor-aluno, professor-tutor e aluno-aluno. Nesse sentido, as tecnologias devem ser amplamente utilizadas na modalidade de ensino a distância, como principal meio de comunicação entre as pessoas.

Primeiramente acessamos esses ambientes para conhecê-los e observar as possibilidades que eles oferecem. Analisamos as ferramentas didático-pedagógicas e as ferramentas administrativas, porém, vamos nos ater mais na análise das primeiras. Salientamos, porém, que por meio das entrevistas que realizamos com os professores das IES, buscamos constatar como as ferramentas didático-pedagógicas dos ambientes virtuais são utilizadas pelos professores e alunos com a finalidade de mediação didática.

Considerando o papel dos atores no processo ensino-aprendizagem, se, por um lado, encontra-se o professor que centra sua preocupação no ensino, por outro lado, existe o aluno que deseja aprender. O AVA encontra-se nesse processo para facilitar ou promover a aprendizagem. Podemos falar então de eficiência do ambiente virtual e das ferramentas de que esse ambiente dispõe a partir do momento em que ele possibilitar ao professor organizar o ensino de forma eficiente, propiciando a mediação e, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno.

A instituição “A” utiliza um AVA desenvolvido por uma equipe técnica da própria universidade. Trata-se de uma plataforma que contém ferramentas específicas para os cursos nas modalidades: presencial e a distância. O acesso se dá por meio de um código (R.A.) que é o Registro Acadêmico para os alunos ou o número de matrícula para os professores e uma senha, que fica a critério do usuário.

A instituição “B” utiliza o Moodle, assim caracterizado em seu site: “Moodle (Modular Object Oriented Distance Learning) é um sistema de gerenciamento para criação de curso online. Esses sistemas são também chamados de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou de Learning Management System (LMS)”. (MOODLELIVRE, 2008, s/p).

## *2.2 O sistema de avaliação e o AVA nas IES “A” e “B”*

O sistema avaliativo nas instituições pesquisadas se subdivide em atividades avaliativas no AVA e em avaliações presenciais, diferenciando-se nos seguintes aspectos: a

IES “A” destina um peso maior para as avaliações presenciais, ou seja, 80% da nota para cada disciplina são distribuídas nas avaliações presenciais e 20% para as atividades avaliativas no AVA; a IES “B” destina 60% da nota para as avaliações presenciais e 40% para as atividades avaliativas no AVA. A IES “A” subdivide a avaliação presencial em dois momentos (Avaliação presencial 1- contendo o conteúdo trabalho em três meses e avaliação presencial 2 - que poderá conter todo o conteúdo do semestre), enquanto que a IES “B” concentra a avaliação presencial para o final do semestre contendo todo o conteúdo trabalhado.

Ao longo de um período em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem, o professor poderia repensar ou modificar alguma atividade, dar mais ênfase a algum assunto, ou mesmo retomar algum conceito que ainda não tenha sido bem compreendido por parte dos alunos. Nesse sentido, observamos que esse procedimento não ocorre. Qualquer modificação no curso se destinará para as turmas vindouras, pois para as turmas que estão em curso, tudo é preparado antes da abertura das turmas (as avaliações presenciais e atividades no AVA), em ambas as IES pesquisadas. As atividades são substituídas somente quando algum erro de elaboração de questão é constatado.

No AVA da IES “A”, o fórum, como ferramenta interativa e assíncrona, possui um peso grande na avaliação dos alunos, fazendo com que eles se empenhem em participar da atividade, contudo, a avaliação não pode ser considerada como um elemento motivador para a participação do aluno em uma atividade. O aluno deve estar motivado pela participação da atividade em si, pela aprendizagem que ela proporciona. O professor-tutor tem o papel de mediar no AVA e precisa estar presente nas discussões, motivando, interagindo e intervindo. No entanto, ao acessarmos o fórum para verificar a participação do professor, constatamos que elas se resumem em poucas mensagens motivacionais. Vejamos o que a professora-tutora dessa IES relatou sobre os fóruns na entrevista: *“Eu tento mediar os fóruns das disciplinas que eu sou responsável, mas não dá pra fazer com todas as turmas; são 34 turmas e é impossível fazer a mediação com todas elas.”* Para a professora, os fatores que estão interferindo na mediação didática dos fóruns, estão ligados à quantidade de trabalho, que se mostra incompatível com o tempo que se tem para realizá-lo.

Em relação às atividades de avaliação continuada, as questões fechadas são em maior número em relação às questões abertas. Observamos que a IES dá prioridade às questões que são corrigidas automaticamente pelo sistema. Tal procedimento diminui a possibilidade de interação do aluno com o professor-tutor, diminuindo também a oportunidade de intervenções mediadoras entre o professor e o aluno, uma vez que não há um *feedback* dessas correções. O relato dos professores demonstra, constantemente, que o tempo de trabalho é insuficiente para

o cumprimento das tarefas de forma satisfatória. Observamos que a diminuição das oportunidades interativas adotada pela IES “A” levou ao aumento de alunos por professor, não interferindo, portanto, no aumento da qualidade da mediação. Observamos também nessa IES, a existência de ferramentas que possibilitam a interação dos alunos, porém, não estão sendo utilizadas, como por exemplo, o *blog* do curso, a sala de convivência, o diário de bordo e o portfólio. Vejamos o comentário da professora-tutora acerca deste aspecto: “São ferramentas muito importantes e são pouco utilizadas, eu ainda não percebi a intenção de ter as duas. Se houvesse uma junção entre as duas poderiam ser mais aproveitadas, até porque a Pedagogia não utiliza o portfólio nem o diário de bordo.” (PROFESSORA-TUTORA DA IES A).

Os Referenciais - RQESD orientam que a relação entre os alunos necessita ser fomentada e essas ferramentas poderiam auxiliar a interação entre os alunos, no entanto, não observamos qualquer comentário ou orientação sobre o uso delas por parte dos professores.

Outra questão é que o professor tem a oportunidade de enriquecer a mediação didática, ao fazer uso de *links* de vídeos, textos e *sites*; ele pode também postar outros materiais na biblioteca do componente e elaborar um material para postar na ferramenta “aulas”, mas tais ferramentas ou recursos não foram utilizados pelo professor responsável pela elaboração dos materiais da disciplina pesquisada na IES “A”.

Na IES “B”, identificamos que o AVA Moodle possui ferramentas que possibilitam o estabelecimento de relações e a mediação didática, mas há ferramentas que, mesmo sendo utilizadas, não estão surtindo o efeito desejado, uma vez que os alunos quase não as utilizam como é o caso do Café Virtual e os Fóruns de Dúvidas. Existe uma ferramenta que permite a relação de forma síncrona, que não está sendo utilizada, que é a Sala de Bate-papo (*chat*). Ela tem a função de proporcionar conversas entre alunos e/ou alunos e tutores.

O tutor a distância da IES “B” comentou sobre uma ferramenta que também não foi utilizada pela professora da disciplina: “Tem numa ferramenta chamada WIKI em que um aluno entra e faz a postagem dele e ela fica de uma cor para mim; daí outro aluno entra faz outra postagem e vai acrescentando naquele texto. É uma ferramenta muito boa!” (TUTOR DA IES B ENTREVISTADO).

Essa seria uma ferramenta de autoria e colaboração, assim como o poderiam ser os fóruns e *chats*, pois conforme escreve Silva (2012, p. 106): “O ‘estar-junto’ em rede nos fóruns e *chats* de discussão, compartilhamento e intercâmbio potencializa a apropriação e a análise reflexiva do conhecimento produzido e instituído socialmente.” Entretanto, a realidade constatada nas IES pesquisadas, nos revela que, no atual momento da educação a distância,

ainda distante da educação *on-line*, não se conseguiu superar alguns obstáculos para uma mediação que privilegie o desenvolvimento de funções psíquicas superiores, como a interpretação, a argumentação, a crítica, as construções/reconstruções. O que seria possível com o uso de ferramentas que favoreçam a interação, o diálogo, a participação na apropriação do conhecimento.

Na IES “B”, o curso de pedagogia não contempla encontros presenciais em sua organização, a não ser em dias de avaliação presencial. Nesse sentido, o sentimento de isolamento dos estudantes pode ser ainda mais intenso. Esse fato foi considerado preocupante e apontado nos Referenciais de Qualidade, pois é considerado como um dos principais motivos de evasão nos cursos EaD.

### 2.3 As mídias utilizadas nas IES “A” e “B”

Segundo Mattar (2011), mídias são meios utilizados para comunicar, instruir, entre outras finalidades. Podemos considerar como mídia: o material impresso, CD, DVD, televisão, teleconferência, *webconferências*, rádio, etc. Como podemos observar, essas mídias podem permitir a intercomunicação ou não, podem ser síncronas ou assíncronas.

Para Peixoto (2011), os materiais didáticos possuem a dimensão material (instrumentos físicos), como também a dimensão simbólica (instrumentos psicológicos). Eles “[...] permitem o estabelecimento das relações do sujeito com o meio, consigo mesmo e com os outros, podemos compreender como, no ato instrumental, o sujeito faz uso do instrumento material, mas também de si mesmo.” (PEIXOTO, 2011, p. 100). Porém, precisamos considerar que, neste ato instrumental, tomando como base as análises realizadas sobre a organização dos Projetos Pedagógicos das IES, o professor atua dentro de certos limites pré-estabelecidos e o aluno segue a organização do professor.

A IES “A” utiliza os materiais didáticos em mídia impressa (livros didáticos), oficinas gravadas e disponibilizadas na *Web*, entre outros materiais postados no AVA. A IES “B” utiliza os materiais impressos, denominados de Guias das Disciplinas, elaborados pelos professores, um DVD contendo uma aula gravada, entre outros materiais postados no AVA. As instituições utilizam, praticamente, as mesmas mídias.

Em relação aos materiais didáticos, os Referenciais - RQESD especificam que eles devem estar voltados para desenvolver habilidades e competências específicas e devem considerar também o contexto socioeconômico do público-alvo. Nesse aspecto, as IES utilizam como mídia principal para estudo e consulta os materiais impressos em forma de livros ou guias, que o aluno recebe quando se matricula no curso.

## Considerações Finais

A análise documental e estrutural das IES, realizada com base nos dados obtidos nos documentos citados nesse artigo, nos permitiu conhecer o contexto das disciplinas pesquisadas e a relação desses documentos com a mediação didático-pedagógica.

Com relação às concepções e aos princípios que fundamentam as propostas pedagógicas dos cursos, como também ao preconizado na legislação referente à EaD e ao curso de Pedagogia, observam-se incongruências entre o proposto e o realizado. A abordagem sócio-histórica, assim como a interdisciplinar, não se sustentam em práticas em que a interação, a colaboração, o diálogo estão pouco presentes. O desenho didático dos cursos não prioriza a relação com o outro nas interfaces do processo educativo.

Ao se definir a EaD como uma modalidade de ensino em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização das tecnologias de informação (Decreto 5.622/05), acredita-se que, de fato, as ferramentas hoje disponíveis, como as da Web 2.0 - fórum, *chat*, *blog*, ferramentas do tipo *wiki*, que permitem “o estar junto *on-line* – colaborativo e dialógico”, como nos fala Silva (2012, p. 101), estejam sendo utilizadas. Entretanto, a análise dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) colocados no cerne da EaD, como que estabelecendo uma nova forma de presencialidade, mostraram que mesmo existindo essas ferramentas interativas, acabam sendo pouco utilizadas, não surtindo o efeito desejado para o qual foram concebidas.

Nesse sentido, Silva (2012) chama a nossa atenção em relação à utilização do termo “educação a distância”, uma vez que a internet, em sua fase *web 2.0*, que é um termo designado para a segunda geração de comunidades e serviços, ou seja, uma *web* mais interativa e participativa, trouxe uma nova fase para essa modalidade de ensino, possibilitando uma “educação *on-line* – (EOL)”. Não basta que as instituições mudem a nomenclatura, de educação a distância – EaD, para educação *on-line*, e continuem praticando um ensino unidirecional, continuem adotando um desenho didático, o ensino dos conteúdos e a realização das atividades de aprendizagem que não considere e não viabilize a interação e a mediação.

Necessário se faz ampliar o estudo, o debate, as discussões acerca da modalidade e das possibilidades de melhoria da qualidade educacional, no âmbito das instituições que oferecem cursos EaD, para que a interatividade se efetive e a modalidade possa tornar-se uma educação *on-line*.

## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 5**, 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12991](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991)>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. **LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_6ed.pdf?sequence=7](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_6ed.pdf?sequence=7)>. Acesso em: 27 fev. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BRASIL/Secretaria de Educação a Distância. **Decreto nº 5.622** de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)> Acesso em: 28 fev. 2013.

CAPES/Universidade Aberta do Brasil - O que é. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. Atlas: São Paulo, 1995.207p.

INEP. Assessoria de Imprensa INEP/MEC. Brasília - DF, 2009. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09\\_05.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09_05.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2010.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

MOODLELIVRE, 2008. Disponível em: <<http://www.moodlelivre.com.br/tutoriais-e-dicas-moodle/o-que-e-moodle>>. Acesso em: 03 out. 2012.

PEIXOTO, Joana. Tecnologias e práticas pedagógicas: as TIC como instrumentos de mediação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa (Orgs.). **Didática e escola em uma sociedade complexa**. Goiânia: CEPED, 2011. (p.97 a 112).

SANTAELLA Lúcia; PESCE, Lucila; PEÑA, Maria de los Dolores, et al. Educação *online*: a contribuição do desenho didático. In: SILVA, Marco. (Org.). **Formação de professores para docência online**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SILVA. Marco. Educação a distância (EAD) e educação *on-line* (EOL) nas reuniões do GT16 da Anped (2000-2010). **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 95-118, set./dez. 2012c. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=view&path%5B%5D=1362>. Acesso em: 27 fev.2013.



TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução em pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

UAB/CAPES. **Seleção de Tutores**. Disponível em:

<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=74&Itemid=48](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=48)>.

Acesso em: 22 nov. 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Superior: projeto político-pedagógico**. Campinas – SP: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).